Prefácio

É imensurável a satisfação de participar de mais esta edição como prefacista. Por advento deste novo encargo, tenho o prazer de renovar os trabalhos conduzidos perante o Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual, Transferência de Tecnologia e Inovação. Nesta ocasião, o Conselho Nacional de Pesquisa em Direito (CONPEDI) traz a lume mais uma publicação resultante dos Grupos de Trabalho (GT). Nesta obra, trata-se das apresentações no encontro realizado sob os auspícios da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, em Florianópolis, de 30 de abril a 2 de maio de 2.014. O GT ocorreu no dia 1º de maio (bloco B - CSE, sala 207), sob a coordenação conjunta dos Professores. Dra. Salete Oro Boff (IMED/UNISC), Dr. Luiz Otávio Pimentel (UFSC, também, nosso anfitrião), e, também, deste subscritor. Reitero o fato de que considero este labor, ora reeditado, motivo de júbilo renovado. Neste momento, de minha parte, há a satisfação pessoal de, além de coordenador-fundador do GT sobre Direitos de Propriedade Intelectual (DPIs), Concorrência e Inovação, desempenhar esta tarefa já investido no cargo de Vice-Presidente da Região Sudeste do CONPEDI.

Os trabalhos não se encerram com a organização de um congresso de grande envergadura. De igual forma, a missão dos autores dos capítulos submetidos, e aprovados, não termina com a apresentação estéril de um tema ou do método usado para determinada pesquisa. Deve ir mais além. Não a toa defendo com veemência a obrigação do autor permanecer no GT durante todas as apresentações e de participar em todos os debates, com vistas a amadurecer as discussões. Nessa linha, os resultados não podem restar confinados nas salas onde os debates acontecem, e na memória dos integrantes do GT, condenados a fenecer pelo esquecimento. Com esta obra, portanto, damos continuidade à missão de reunir trabalhos com vistas a formar uma rede nacional de pesquisadores acadêmicos em matéria de Propriedade Intelectual, Transferência de Tecnologia e Inovação em um foro de debates com abrangência territorial mais ampla e integrada. Tal qual ocorrera nas edições anteriores, esta coletânea é oriunda da reunião de artigos selecionados por advento de um inovador grupo de trabalho acadêmico em um importante foro : os grupos de trabalho do Conselho Nacional de Pesquisa em Direito (os GTs do CONPEDI) como um foro institucionalizado e consolidado pela periodicidade ininterrupta.

A periodicidade do encontro acaba reunindo um grupo um tanto heterogêneo , formado tanto por pesquisadores que já se conhecem há algum tempo (por produzirem com impacto – e muitas vezes, já em rede), quanto por jovens pesquisadores, debutando, agora, nos GTs, o que proporciona, por óbvio, a renovação desejada, trazendo à lume trabalhos inovadores, ainda que, em alguns casos, menos amadurecidos. Esse contraste, entre pesquisadores jovens e experientes, coloca em evidência a importância dos debates nos GTs. Cria-se, por esta via, um equilíbrio entre a inovação dos novos temas e a crítica técnica amadurecida. O leitor deverá levar em consideração estas peculiaridades, obtendo, de cada trabalho, uma série de novos problemas extraídos das

demandas sociais mais recentes, oriundas de todas as partes do País. Esta obra reúne obras apresentadas e debatidas ao longo de um dia inteiro de discussões (quase dez horas de trabalho dedicadas ao GT). A intensidade dos debates continua sendo uma interessante característica. De igual forma, integrado por pesquisados de PPGs de todo o País, proporciona um impactante resultado , com inequívoca abrangência nacional.

A temática propriedade intelectual vai além da sua importância puramente acadêmica (o que não significa, em nenhuma hipótese, que a dogmática especializada esteja restrita a cursos profissionais). Vai além, muito além. A relação com as noções de inovação e desenvolvimento é estreita.

Os novos pacotes de política econômica para o desenvolvimento são um importante exemplo na medida em que implicam em demanda social de pesquisas em matéria de DPIs, transferência de tecnologia e inovação. O objetivo de tais políticas é, sempre, aquele de alcançar o desenvolvimento, por duas vias principais: tanto através de instrumentos de fomento da atividade pró-empreendedora, como, também, a proteção dos jovens empreendimentos nascidos destas iniciativas contra condutas anti-empreendedoras.

Como se observa nas edições anteriores, esta coletânea cristaliza os debates e o confronto de ideias acerca dos bens imateriais em uma concepção ampla, i.e., abrangendo tanto a propriedade intelectual como a concorrência (nos âmbitos público e privado). Entretanto, há nítido incremento no âmbito dos estudos submetidos, que passam a alcançar políticas públicas de desenvolvimento articuladas com o fomento à inovação. Os trabalhos selecionados no sistema "duplo cego" são apresentados no âmbito de um grupo que se reúne duas vezes ao ano. Merece destaque o fato de que este evento ocorre, sempre, na sede de um dos Programas de Pós-Graduação em sentido estrito (mestrado e doutorado) do País que sediam os Congressos e Encontros do CONPEDI, com importante colaboração dos alunos de graduação. Insistimos nesta inter-relação. Tal integração permite uma oxigenação de mão dupla, i.e.,ao mesmo tempo em que, de um lado, revigora a graduação com temas atuais, de outro , traz os debates da PG para um plano mais concreto, com um discurso mais transparente e adequado à realidade. A ideia é criar uma espécie de "esperanto", para que a comunicação dos resultados chegue a todos. Em outras palavras, induz a criação de redes de pesquisa e funciona como um importante veículo de impacto.

A segurança jurídica é uma preocupação do GT. O recuperar o rigor técnico da matéria e zelar pela construção da genealogia de conceitos sobre a pedra angular da boa e rigorosa dogmática é vital para o sistema, haja vista o fato de que a imprecisão e a confusão de institutos tão somente servem para facilitar interpretações *ex-post*, disfunção, descontrole de externalidades negativas e captura, i.e., um grave e hediondo vetor de destruição do Estado democrático de direito. A nebulosidade, quando surge, funciona como um entrave quase intransponível ao desenvolvimento, em combinação com os níveis de fragilidade das políticas públicas de inovação e

desenvolvimento de que se trate . Num quadro como este, é dramática a vida do pequeno empreendedor que, embora financiado por recursos públicos (direta ou indiretamente), por falta de boa assessoria técnica, carência de proteção ou, ainda, pelo lamentável pouco rigor técnico dos *players* e do próprio Estado, tende a sucumbir em um mar estatístico de pequenos e micro empreendimentos natimortos. Assim, os problemas conceituais criam terreno fértil para abusos.

Este é um veículo de colaboração com outras Áreas do Sistema Nacional de Pós-Graduação - SNPG. No caso do Direito, a pesquisa em matéria de inovação e transferência de tecnologia é de grande valia para os atores das políticas de desenvolvimento. A Área do Direito coopera, por viabilizar a pavimentação jurídica da pesquisa e apropriação dos resultados (incluindo o respectivo trafego negocial), com várias outras Áreas, o que acontece, por exemplo, com os núcleos de inovação tecnológica (NITs). A cooperação ocorre de várias maneiras, incluindo, desde treinamentos até consultorias aplicadas, com a redação de termos e documentos, passando pelas várias possibilidades de produção técnica dirigida à proteção e negociação de tecnologias resultantes de investimento público ou de parcerias público-privadas. Não menos importante é a atuação de integrantes da Área como procuradores, mediadores ou árbitros em controvérsia entre inventores, universidades e indústrias (mesmo em relações, a princípio, amistosas, tais como aquelas entre a ANDIFES e a Petrobrás). O mais importante é o fato de que a Área de Direito atua no sentido de pavimentar, e viabilizar juridicamente, novos métodos de negócio com a tecnologia produzida com a pesquisa oriunda do SNPG e, por conseguinte, fator relevante para impulsionar as políticas de desenvolvimento. Assim, a Área de Direito encontra-se cada vez mais próxima as outras Áreas (principal, e surpreendentemente, das chamadas áreas duras nas relações com a transferência de tecnologia) e, interagindo, mais especialmente, com a Área Multidisciplinar.

A importância desse tipo de colaboração foi colocada de manifesto por advento do III Encontro Acadêmico Internacional: Interdisciplinaridade nas Universidades Brasileiras, realizado no período de 13 a 15 de maio de 2014, na Sede da CAPES, em Brasília - DF. O evento foi resultado de uma série de encontros em torno do tema da interdisciplinaridade realizados ao longo do ano de 2013, nas cinco regiões brasileiras. Em praticamente todos os casos (de sucesso) relatados, as noções de inovação e transferência de tecnologia foram mencionadas, em inúmeras oportunidades, mais de uma vez.

Assim, a presente Obra congrega 23 trabalhos agrupados por assuntos, com vistas a facilitar o debate durante as apresentações em bloco. Os subtemas são: antitruste (defesa da concorrência); inovação (políticas de); propriedade intelectual (em caráter geral); patentes; variedades vegetais (cultivares); transferência de tecnologia; direito de autor; programas de computador; conhecimentos tradicionais; indicações geográficas, e, ainda, biodiversidade.

Esta Obra é, portanto, o que se pode chamar de resultado do impacto da pesquisa em rede, espontaneamente nascida do convívio de docentes e discentes nos GTs do CONPEDI.

Estou convencido de que esta coletânea representa uma importante contribuição para o enriquecimento do debate e, espero, seja útil para a articulação do Direito com as demais Áreas do SNPG.

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - Vice Presidente do CONPEDI para a Região Sudeste

Profa. Dra. Salete Oro Boff

Prof. Dr. Luiz Otavio Pimentel João Marcelo de Lima Assafim